

# *Diminui deságio de títulos brasileiros*

Os títulos da dívida externa brasileira sofrem deságio de 18 a 21 por cento nas transações realizadas no exterior, o que embute avaliação de risco pelos credores superior ao da Venezuela e do México, informou ontem o técnico do Departamento de Organização e Autorizações Bancárias (Deorb) do Banco Central, Pautilio Alves Filho. Apesar do impasse nos entendimentos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os bancos credores, os papéis brasileiros têm boa cotação se comparados com as taxas de desconto de mais de 30 por cento que vigoraram até o primeiro semestre de 1984.

Em palestra a gerentes do Banco do Brasil no exterior, o técnico do Banco Central revelou que, ao final do mês passado, prevaleciam as seguintes taxas de deságio, "conforme

os riscos envolvidos": Venezuela, 10 a 16 por cento, México, 15 a 18 por cento, Brasil, 18 a 21 por cento; Chile, 30 a 32 por cento; Argentina, 30 a 35 por cento; Peru, 50 por cento; Bolívia, 80 por cento e Nicarágua, 90 por cento. Ou seja, o mercado só compra títulos de créditos nicaraguenses pelo preço de 10 por cento do valor de face.

Segundo Alves Filho, o Brasil também entra na compra de títulos brasileiros para substituir papéis de outros países, considerados pelo Banco Central de menor risco. "Sempre há interessados em realizar compras e vendas de ativos de longo prazo da América Latina para reduzir riscos, diversificar a carteira e realizar lucros ou prejuízos. Através da Divisão de Dependências no Exterior, do Deorb, o Banco Central procura di-

vulgar as possibilidades de compra de ativos de risco Brasil, conjugada com a venda de ativos de pior qualidade"

Disse ainda que Bankers Trust, Citibank e Morgan Guaranty Trust têm "atuação destacada" no mercado de títulos da dívida latino-americana, como compradores ou intermediários. Além de bancos, Alves Filho afirmou que empresas multinacionais também revelam interesse em adquirir esses ativos para realizar investimentos no setor produtivo da América Latina. O Brasil criou restrições, em 1984, para a conversão de dívida em aplicações de risco, justamente para evitar queda maior na cotação dos seus papéis. Mas outros países ainda dão vantagens às multinacionais que compram títulos de crédito no exterior, observou o técnico do Banco Central.